



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

Concurso Público para Provimento de Cargos de Analista Judiciário – Área Judiciária

P R O V A
Português
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PORTUGUÊS

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Um sonho de simplicidade

Então, de repente, no meio dessa desarrumação feroz da vida urbana, dá na gente um sonho de simplicidade. Será um sonho vão? Detenho-me um instante, entre duas providências a tomar, para me fazer essa pergunta. Por que fumar tantos cigarros? Eles não me dão prazer algum; apenas me fazem falta. São uma necessidade que inventei. Por que beber uísque, por que procurar a voz de mulher na penumbra ou os amigos no bar para dizer coisas vãs, brilhar um pouco, saber intrigas?

Uma vez, entrando numa loja para comprar uma gravata, tive de repente um ataque de pudor, me surpreendendo assim, a escolher um pano colorido para amarrar ao pescoço.

Mas, para instaurar uma vida mais simples e sábia, seria preciso ganhar a vida de outro jeito, não assim, nesse comércio de pequenas pilhas de palavras, esse ofício absurdo e vão de dizer coisas, dizer coisas... Seria preciso fazer algo de sólido e de singelo; tirar areia do rio, cortar lenha, lavrar a terra, algo de útil e concreto, que me fatigasse o corpo, mas deixasse a alma sossegada e limpa.

Todo mundo, com certeza, tem de repente um sonho assim. É apenas um instante. O telefone toca. Um momento! Tiramos um lápis do bolso para tomar nota de um nome, de um número... Para que tomar nota? Não precisamos tomar nota de nada, precisamos apenas viver – sem nome, nem número, fortes, doces, distraídos, bons, como os bois, as mangueiras e o ribeirão.

(Rubem Braga, 200 crônicas escolhidas)

1. Em seu sonho de simplicidade, o cronista Rubem Braga idealiza sobretudo

- (A) uma depuração maior no seu estilo de escrever, marcado por excessivo refinamento.
- (B) as pequenas necessidades da rotina, que cada um de nós cria inconscientemente.
- (C) uma relação mais direta e vital do homem com os demais elementos da natureza.
- (D) o aperfeiçoamento do espírito, por meio de reflexões constantes e disciplinadas.
- (E) a paixão ingênua que pode nascer com a voz de uma mulher na penumbra.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. O cronista condiciona a conquista de uma vida mais simples à possibilidade de viver sem precisar produzir nada, sem executar qualquer tipo de trabalho, afora o da pura imaginação.
- II. Alimentar um tal um sonho de simplicidade é, na perspectiva do cronista, uma característica exclusiva dos escritores que não mantêm relações mais concretas com o mundo.
- III. Cigarros, gravatas e telefones são elementos utilizados pelo cronista para melhor concretizar o mundo que representa uma antítese ao seu sonho de simplicidade.

Em relação ao texto, está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Na frase

Mas, para instaurar uma vida mais simples e sábia, seria preciso ganhar a vida de outro jeito, não assim, nesse comércio de pequenas pilhas de palavras, esse ofício absurdo e vão de dizer coisas, dizer coisas...

o cronista

- (A) ressalta, com a repetição de *dizer coisas*, a importância de seu trabalho de escritor, pelo qual revela aos outros as verdades mais profundas.
- (B) justifica com a expressão *comércio de pequenas pilhas de palavras* a visão depreciativa que tem de seu próprio ofício.
- (C) apresenta como consequência de *instaurar uma vida mais simples e sábia* o fato de *ganhar a vida de outro jeito*.
- (D) utiliza a expressão *não assim* para apontar uma restrição à vida que seria preciso ganhar de outro jeito.
- (E) se vale da expressão *ofício absurdo e vão* para menosprezar o trabalho dos escritores que se recusam a profissionalizar-se.

4. Está correta a grafia de todas as palavras na frase:

- (A) O sonho do cronista parece extravagante, mas há que se reconhecer nele a beleza de uma vida a ser levada com muito mais distenção.
- (B) Quem vive de forma mais displicente não é o homem distraído das obrigações, mas aquele que atribue importância exclusiva aos negócios e à rotina urbana.
- (C) Um telefone corta abruptamente nossa evazão imaginária, e anotamos nomes e números, na sugestão aos velhos hábitos e compromissos.
- (D) Se uma vida mais natural nos restitui a extinta simplicidade, que empecilhos tão fortes nos impedem de desfrutá-la?
- (E) A singeleza de uma vida natural exclue, é obvio, aqueles valores supérfluos que incorporamos sem nunca os analisar.

<p>5. As normas de concordância verbal estão inteiramente respeitadas SOMENTE na frase:</p> <p>(A) Quando se fatigam os corpos, as almas restam mais sossegadas e limpas.</p> <p>(B) O que aflige o autor é os compromissos e os ofícios vãos, com os quais se envolvem permanentemente.</p> <p>(C) Não dura senão um rápido instante os vislumbres de uma vida mais simples.</p> <p>(D) Todas as coisas que se sonha nascem de carências reais.</p> <p>(E) Se houvessem mais coisas simples em nossa vida, não sonharíamos tanto com elas.</p>	<p>9. Está clara e correta a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Deu-lhe um sonho de simplicidade em face dessas desarrumações na vida, que aliás acomete a qualquer um, nestes tempos modernos de hoje que atravessamos.</p> <p>(B) O cronista demonstra, talvez, excesso de rigor, quando considera seu ofício não mais que uma banal operação, com a qual amontoa pequenas pilhas de palavras inúteis.</p> <p>(C) Se estamos emersos num sonho e o telefone toca, saímos deste e perdemos toda a continuidade do devaneio que vale mais à pena do que viver assim mecanicamente.</p> <p>(D) A verdade é que nem mesmo certo prazer é mais obtido pelo cigarro, cujo vício alimentamos sem pensar, assim como ocorrem em outros fatos da vida.</p> <p>(E) Apenas viver simplesmente torna-se um sonho em nosso tempo, onde a rotina nos faz mergulharmos em inúteis atividades que nem paramos para pensar nelas.</p>
<p>6. Transpondo-se para a voz passiva a frase <i>Eles não me dão prazer algum</i>, resultará a forma verbal</p> <p>(A) têm dado.</p> <p>(B) é dado.</p> <p>(C) tem sido dado.</p> <p>(D) teriam dado.</p> <p>(E) foi dado.</p>	
<p>7. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:</p> <p>(A) Se todos se detessem mais do que um instante, um sonho seria mais que um sonho.</p> <p>(B) Como nunca te conviu sonhar, deduzo que sejas feliz.</p> <p>(C) O cronista provê de sonhos sua vida, ainda que sejam fugazes.</p> <p>(D) De onde proviram as gravatas, que se ostentam tão vaidosamente?</p> <p>(E) Ah, se retêssemos por mais tempo os sonhos que valham a pena sonhar...</p>	<p>10. Está inteiramente adequada a pontuação da seguinte frase:</p> <p>(A) Tive, sim um ataque de pudor, quando olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante com um pano colorido que mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p> <p>(B) Tive sim um ataque de pudor quando, olhando-me com a gravata tomei consciência, de que pretendia ficar elegante com um pano colorido, que mecanicamente amarrara, ao pescoço.</p> <p>(C) Tive, sim, um ataque de pudor quando olhando-me, com a gravata, tomei consciência, de que pretendia ficar elegante com um pano colorido, que mecanicamente amarrara ao pescoço.</p> <p>(D) Tive, sim, um ataque de pudor; quando olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante: com um pano colorido que, mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p> <p>(E) Tive, sim, um ataque de pudor quando, olhando-me com a gravata, tomei consciência de que pretendia ficar elegante com um pano colorido que, mecanicamente, amarrara ao pescoço.</p>
<p>8. Está correto o emprego da expressão sublinhada na frase:</p> <p>(A) Tirar areia do rio e cortar lenha são atividades <u>a que</u> o cronista se entregaria com amor.</p> <p>(B) Ele julga ridícula a tira de pano colorido <u>do qual</u> se pretende ficar elegante.</p> <p>(C) A pessoa <u>cujo o</u> nome anotamos, significará de fato algo para nós?</p> <p>(D) O ribeirão e o boi, <u>aos quais</u> o cronista deseja pactuar, são exemplos de simplicidade.</p> <p>(E) <u>Com que</u> providências haveremos de tomar, para mudar nossa vida?</p>	

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Práticas e convenções

Os direitos e deveres estabelecem-se primeiro na prática, depois por convenção. O senso do que é justo, do que é socialmente desejável, mesmo do que é moral, firma-se em valores culturais, cujo acatamento coletivo muitas vezes demanda as prescrições de um código. Ocorre que a legitimidade desse código pode vir a se tornar mera e vazia convenção, quando seus postulados já não refletem a evolução dos fatos da cultura. As revisões dos dispositivos da lei fazem-se, por vezes, com tal atraso, que apenas retiram de um texto caduco aquilo que as pessoas há muito removeram de suas práticas sociais.

As recentes alterações no Código Civil brasileiro, elogiáveis em tantos aspectos, estão longe de representar algum avanço mais profundo, refletindo, apenas hoje, valores que, na prática social, firmaram-se há décadas. No que diz respeito ao papel da mulher na modernidade, essas alterações não fazem mais que formalizar (quase diria: envergonhadamente) direitos conquistados ao longo das lutas feministas, desde que a mulher tomou para si a tarefa que lhe cabia: demarcar com clareza e soberania o território de sua atuação, território que há muito é seu, não por convenção, mas pela ação cotidiana que se fez histórica.

(Diógenes Torquato, inédito)

11. Segundo o texto, as práticas sociais e o estabelecimento dos textos legais

- (A) ocorrem simultaneamente, com influências recíprocas.
- (B) constituem, respectivamente, o plano das convenções e o plano da vida cultural.
- (C) ocorrem simultaneamente, sem influência de um em outro.
- (D) constituem, respectivamente, o plano da vida cultural e o plano das convenções.
- (E) constituem, respectivamente, o plano dos valores ideais e o plano dos valores históricos.

12. Considere as seguintes afirmações:

- I. As recentes alterações no Código Civil brasileiro, no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade moderna, revelam-se anacrônicas, ignorando direitos há muito firmados na prática.
- II. As lutas feministas constituem um claro exemplo de que, antes de se sistematizarem num texto legal, os valores e os direitos se afirmam na prática das ações sociais.
- III. A legitimidade de um código legal depende de que este se apresente sem nenhum defeito formal, constituindo-se plenamente numa clara convenção.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

13. Para preencher de modo correto a lacuna da frase, o verbo indicado entre parênteses deverá adotar uma forma do plural em:

- (A) As normas que num código legal se (**estipular**) devem acompanhar a prática das ações sociais.
- (B) As recentes alterações que (**haver**) no Código Civil brasileiro são elogiáveis em muitos aspectos.
- (C) Não nos (**dizer**) respeito definir o que é ou não é legítimo, se não distinguimos entre o que é e o que não é um fato social.
- (D) Se dos postulados dos códigos (**nascer**) todo direito, a justiça humana seria uma simples convenção.
- (E) Ao longo das lutas feministas tanta coisa se (**conquistar**) que muitos dispositivos legais se tornaram imediatamente obsoletos.

14. Os tempos verbais estão adequadamente articulados na frase:

- (A) As mulheres muito lutariam para que possam ter seus direitos respeitados.
- (B) Esses valores se instituíram na prática, e só muito depois houveram sido formalizados.
- (C) Firma-se o senso do que é justo à proporção que passassem os anos.
- (D) São de se elogiar as alterações apresentadas pelo Código que recentemente se lançou.
- (E) Coube às mulheres lutar para que sejam reconhecidos os direitos que lhes negássemos.

<p>15. A expressão de cujo preenche corretamente a lacuna da frase:</p> <p>(A) É um processo de luta sucesso muitas se empenham.</p> <p>(B) As novidades do novo Código Civil, muito se falou, são um tanto tímidas.</p> <p>(C) As lutas feministas, sucesso ninguém mais duvida, travaram-se ao longo de muitas décadas.</p> <p>(D) A grande tarefa do legislador, esforço devemos reconhecer, é acompanhar a evolução dos fatos da cultura.</p> <p>(E) As práticas sociais, valor nenhum outro deveria se sobrepor, são por vezes ignoradas.</p>	<p>18. Está inteiramente clara e correta a redação da frase:</p> <p>(A) É na constância da prática que os valores culturais se retificam, confirmando-se assim como valores onde sua legitimidade torna-se indiscutível.</p> <p>(B) Embora elogiáveis sobre muitos aspectos, as alterações do novo código não obtiveram mais do que buscar acompanhar fatos há muito consolidados.</p> <p>(C) O autor do texto ao tratar de práticas e convenções está referindo às ações nas quais cujos seus valores nem sempre são imediatamente acompanhados pela legislação vigorosa.</p> <p>(D) A demarcação de um campo de direitos não prescinde de muita luta, tal como pode observar quem venha acompanhando o processo das batalhas feministas.</p> <p>(E) Não obstante haja quem o discorde, muitos acreditam que o que é justo decorre do texto legal, não se passando o mesmo com a prática das ações.</p>
<p>16. Considere os seguintes casos:</p> <p>I. Os homens, que ignoram os direitos da mulher, passarão a acatá-los. Os homens que ignoram os direitos da mulher passarão a acatá-los.</p> <p>II. Somente, agora o Código Civil brasileiro incorporou as mudanças ocorridas. Somente agora o Código Civil brasileiro incorporou as mudanças ocorridas.</p> <p>III. O valor de um código, estabelecido por convenção, deve ser comprovado na prática. O valor de um código estabelecido por convenção deve ser comprovado na prática.</p> <p>A alteração na pontuação provoca alteração de sentido em</p> <p>(A) I, somente.</p> <p>(B) I e II, somente.</p> <p>(C) I e III, somente.</p> <p>(D) II e III, somente.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>19. É preciso corrigir a redação da seguinte frase:</p> <p>(A) Li o novo código e, no fundamental, nada tenho a lhe opor.</p> <p>(B) É louvável, reconheça-se, a coragem com que as feministas pioneiras se lançaram à luta.</p> <p>(C) Os povos primitivos orientam-se por uma tradição de valores mais precisos e mais permanentes que os nossos.</p> <p>(D) Há sempre quem discuta as leis; mais difícil é haver quem discuta os valores já estabelecidos na prática social.</p> <p>(E) Se contra fatos não há argumentos, esta é uma afirmação autoritária, na qual não se deve recorrer.</p>
<p>17. A única frase corretamente construída é:</p> <p>(A) Espero que Vossa Excelência aprecie o novo código.</p> <p>(B) Se o senhor preferir, aguardarei que termine a leitura integral do código.</p> <p>(C) Se passares os olhos pela nova redação, poderá ver que são pequenas as alterações.</p> <p>(D) Conserva contigo esse exemplar do novo código; não vá perdê-lo, por favor.</p> <p>(E) Se Vossa Senhoria não fizer objeção, levo-lhe ainda hoje a nova redação do código.</p>	<p>20. A necessidade ou não do sinal de crase está inteiramente observada na frase:</p> <p>(A) Deve-se à luta das feministas o respeito aos direitos que cabem também às outras parcelas de injustiçados que integram a nossa sociedade.</p> <p>(B) Encontra-se a disposição dos interessados a nova edição do Código Civil, à qual, aliás, já se fizeram objeções à torto e à direito.</p> <p>(C) À vista do que dispõe o novo código, não caberá à ninguém a condição "natural" de cabeça de casal, à qual, até então, se reservava para o homem.</p> <p>(D) Pode ser que à curto prazo o novo código esteja obsoleto em vários pontos, à exemplo do que ocorreu com o antigo.</p> <p>(E) Não se impute à uma mulher a culpa de não ter lutado por seus direitos; todas as pressões sociais sempre a conduziram àquela "virtuosa" resignação.</p>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

<p>21. A Corte Especial, do Tribunal Regional Federal, constituída</p> <p>(A) por dezoito juízes, é presidida pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) pela totalidade dos juízes, é presidida pelo Presidente do Tribunal.</p> <p>(C) pelo vice-presidente e pelos quinze juízes mais antigos do Tribunal, é presidida pelo decano.</p> <p>(D) pelos vice-presidente e corregedor geral, é presidida pelo juiz mais antigo do Tribunal, que também a integra.</p> <p>(E) pela totalidade dos juízes, é presidida pelo vice-presidente do Tribunal.</p>	<p>24. Considere as proposições abaixo sobre a competência dos membros do Tribunal Regional Federal.</p> <p>I. É vedado ao relator delegar atribuições a autoridades judiciárias de instância inferior.</p> <p>II. Ao corregedor-geral compete impor as penas de censura e advertência aos juízes inferiores; e estas penas e as de suspensão até trinta dias aos servidores da Justiça Federal.</p> <p>III. Ao vice-presidente do Tribunal incumbe decidir sobre a admissibilidade dos recursos ordinário, especial e extraordinário.</p> <p>IV. Cabe ao presidente do Tribunal decidir, antes da distribuição, os pedidos de assistência judiciária.</p>
<p>22. Às Primeira, Segunda e Terceira Seções do Tribunal Regional Federal, cabe, respectivamente, o processo e julgamento, entre outros casos, dos feitos relativos</p> <p>(A) à matéria penal em geral, direito das coisas e registros públicos.</p> <p>(B) aos benefícios previdenciários, concursos públicos e responsabilidade civil.</p> <p>(C) às contribuições sociais e outras de natureza tributária, propriedade industrial e ensino.</p> <p>(D) ao direito ambiental, nacionalidade e nulidade ou anulabilidade de atos administrativos.</p> <p>(E) à improbidade administrativa, desapropriação direta e indireta, e licitação e contratos administrativos.</p>	<p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I</p> <p>(B) III</p> <p>(C) IV</p> <p>(D) I e III</p> <p>(E) II e IV</p>
<p>23. A indicação pelo Tribunal Regional Federal de juízes federais a serem nomeados pelo Presidente da República para o cargo de juiz, por antiguidade e merecimento, observados outros requisitos legais e regimentais, far-se-á</p> <p>(A) alternadamente, entre aqueles com mais de trinta anos de idade e cinco de exercício.</p> <p>(B) sucessivamente, entre aqueles com mais de trinta anos de idade e dez de exercício.</p> <p>(C) alternadamente, entre aqueles com mais de vinte e cinco anos de idade e dois de exercício.</p> <p>(D) sucessivamente, entre aqueles com mais de trinta anos e cinco de exercício.</p> <p>(E) entre aqueles com mais de vinte e cinco anos de idade e cinco de exercício, tenham ou não manifestado interesse.</p>	<p>25. Com relação aos processos originários no Tribunal Regional Federal, é correto afirmar que,</p> <p>(A) se a inicial do mandado de segurança indicar litisconsorte, a intimação deste far-se-á, sempre, por oficial de justiça.</p> <p>(B) apenas antes da colocação do <i>habeas corpus</i> em mesa para julgamento é admissível a oposição do paciente.</p> <p>(C) sempre que entender conveniente, poderá o relator do mandado de segurança, ao seu elevado critério, suspender o ato que deu motivo ao pedido.</p> <p>(D) colocado o <i>habeas corpus</i> em mesa para julgamento com prioridade, opondo-se o paciente, não se conhecerá do pedido.</p> <p>(E) na ação rescisória o relator poderá delegar competência a juiz de primeiro grau para a prática de atos processuais, expedindo, para tanto, carta precatória.</p>

<p>26. A repartição de funções entre os vários órgãos (despersonalizados) de uma mesma Administração, sem quebra de hierarquia, em que a prestação de serviços é direta e imediata; e a atribuição de Poderes da Administração a outrem, distinta da do Estado, que age por outorga do serviço (mas sempre em nome próprio), referem-se, respectivamente, à</p> <p>(A) descentralização e desconcentração administrativa. (B) desconcentração administrativa e descentralização. (C) descentralização e delegação de serviço público. (D) delegação de serviço público e execução direta. (E) execução indireta e desconcentração administrativa.</p>	<p>30. Em relação à vacância do cargo público, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) a exoneração do cargo em comissão poderá dar-se também a pedido do próprio servidor. (B) a demissão do servidor também ocorrerá quando não satisfeitas as condições do estágio probatório. (C) esta poderá decorrer também dos institutos da promoção ou readaptação. (D) a exoneração do cargo efetivo pode decorrer de pedido do servidor ou de ofício. (E) esta poderá decorrer também da posse em outro cargo inacumulável.</p>
<p>27. Diz-se que os agentes públicos de colaboração são as pessoas que</p> <p>(A) prestam serviços, sob regime de dependência à Administração Pública direta, autárquica ou fundacional pública, sob relação de trabalho profissional transitório ou definitivo. (B) detêm os cargos de elevada hierarquia da organização da Administração Pública, ou seja, que ocupam cargos que compõem a cúpula da estrutura constitucional. (C) se ligam, por tempo determinado à Administração Pública para o atendimento de necessidades de excepcional interesse público, sob vínculo celetista. (D) se ligam, contratualmente às empresas paraestatais da Administração indireta, sob um regime de dependência e mediante uma relação de trabalho, não eventual ou avulso. (E) prestam serviços à Administração por conta própria, por requisição ou com sua concordância, exercendo função pública, mas não ocupando cargo ou emprego público.</p>	<p>31. Dentre outras proibições impostas ao servidor público, observa-se que também não poderá</p> <p>(A) recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. (B) manter sob sua chefia imediata, em cargo efetivo, parente até o terceiro grau. (C) recusar fé a documento público ou particular. (D) retirar, em nenhuma hipótese, qualquer documento ou objeto da repartição. (E) ausentar-se do serviço durante o expediente, em nenhum caso.</p>
<p>28. O ato administrativo, vinculado ou discricionário, segundo o qual a Administração Pública outorga a alguém, que para isso se interesse, o direito de prestar um serviço público ou usar, em caráter privativo, um bem público, caracteriza-se como</p> <p>(A) licença. (B) autorização. (C) concessão. (D) permissão. (E) homologação.</p>	<p>32. É certo que, de uma sindicância, dentre outras situações, pode decorrer, de imediato,</p> <p>(A) o seu arquivamento, desde que o fato narrado não configure ilícito penal. (B) a aplicação da pena de suspensão, por qualquer período de tempo, ao servidor. (C) a prisão temporária do servidor pelo período de até dez dias. (D) a instauração de um processo administrativo disciplinar contra o servidor. (E) o afastamento preventivo do servidor, com prejuízo de sua remuneração.</p>
<p>29. No que tange ao controle da Administração Pública, considere o que segue:</p> <p>I. O direito de petição, o mandado de injunção e o recurso administrativo são instrumentos de controle judiciário. II. A Comissão Parlamentar de Inquérito objetiva a apuração de fatos indeterminados, com autoria certa, ou não, desde que praticados na Administração direta. III. O controle jurisdicional limita-se, nos casos concretos, ao exame da legalidade do ato ou da atividade administrativa, escapando-lhe o exame do mérito do ato ou dessa atividade.</p> <p>Diante disso, SOMENTE</p> <p>(A) I é correto. (B) II é correto. (C) III é correto. (D) I e II são corretos. (E) II e III são corretos.</p>	<p>33. Observe o seguinte:</p> <p>I. É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar. II. Ninguém pode ser compelido a associar-se ou a permanecer associado. III. As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. IV. A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento.</p> <p>São verdadeiros, no sistema constitucional brasileiro,</p> <p>(A) somente I e II. (B) somente III e IV. (C) somente I, II e III. (D) somente II, III e IV. (E) I, II, III e IV.</p>

<p>34. A regra é que a lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, mas a própria Constituição Federal excepciona casos em que o cargo público só pode ser ocupado por brasileiro nato, como ocorre, dentre outros, com o de</p> <p>(A) Presidente de Assembléias Legislativas dos Estados. (B) Senador da República. (C) Oficial das Forças Armadas. (D) Deputado Federal. (E) Ministro dos Tribunais Superiores.</p>	<p>39. Para a composição dos Tribunais Regionais Federais são nomeados juizes federais, advogados e membros do Ministério Público Federal. Os</p> <p>(A) nomeados, de qualquer origem, devem portar notável saber jurídico e contar com mais de cinco anos de atividade profissional. (B) membros do Ministério Público Federal devem contar com mais de dez anos de carreira. (C) advogados devem contar com mais de quinze anos de efetiva atividade profissional. (D) nomeados, de qualquer origem, devem contar com mais de trinta e menos de sessenta anos de idade. (E) juizes só podem ascender ao Tribunal pelo critério do merecimento.</p>
<p>35. Após diversas emendas à Constituição Federal, hoje</p> <p>(A) os cargos em comissão não são mais de livre nomeação e exoneração. (B) os cargos, empregos e funções públicas também são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei. (C) a autoridade competente pode determinar o prazo de validade do concurso público, até o máximo de três anos. (D) é proibida a abertura de novo concurso público enquanto não forem nomeados todos os concursados do concurso anterior para cargo da mesma nomenclatura. (E) as funções de confiança, de livre nomeação, podem ser ocupadas por pessoas não ocupantes de cargo efetivo.</p>	<p>40. Dentre os requisitos para se alterar os estatutos de uma fundação, é mister</p> <p>(A) a concordância do Ministério Público, se a alteração contrariar os fins originários. (B) a aprovação pelo Poder Judiciário, ouvido o Ministério Público. (C) o quorum qualificado de dois terços de seus diretores, quando a alteração contrariar os fins originários. (D) a concordância de seu instituidor. (E) a deliberação pela maioria absoluta dos competentes para geri-la e representá-la.</p>
<p>36. Utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome dela, o agente assuma obrigações de natureza pecuniária, gera obrigação de prestar contas. Nessas circunstâncias, esse dever cabe</p> <p>(A) somente às pessoas físicas de direito público, pois somente elas são responsáveis pelo cumprimento do orçamento público. (B) somente às pessoas jurídicas de direito público e, excepcionalmente, aos servidores públicos. (C) somente aos servidores públicos. (D) às pessoas jurídicas de direito público, mas não às de direito privado. (E) a qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada.</p>	<p>41. Em caso de posse de menos de ano e dia, o possuidor</p> <p>(A) não tem direito de ser nela mantido, senão contra os que não tiverem melhor posse. (B) não tem, em nenhuma circunstância, o direito de ser nela mantido. (C) tem direito de ser nela mantido, contra qualquer turbador ou esbulhador, pois o direito de manutenção é inerente a toda posse. (D) tem direito de ser nela mantido, pois a posse atual prevalece sobre qualquer outra. (E) só perderá o direito de ser nela mantido se litigar contra quem tenha justo título.</p>
<p>37. Além de sua competência específica, compete-lhe, precipuamente, a guarda da Constituição Federal. Trata-se</p> <p>(A) da Câmara dos Deputados. (B) do Congresso Nacional. (C) do Presidente da República. (D) do Supremo Tribunal Federal. (E) do Senado Federal.</p>	<p>42. A boa-fé é exigida, como requisito da aquisição do domínio, no usucapião imobiliário conhecido como</p> <p>(A) extraordinário. (B) ordinário. (C) constitucional pro moradia. (D) constitucional pro labore. (E) especial urbano.</p>
<p>38. Julgar um membro do Tribunal Regional Federal no crime de responsabilidade, é ato da competência originária</p> <p>(A) do mesmo Tribunal, em sessão plenária. (B) do Supremo Tribunal Federal. (C) do Superior Tribunal de Justiça. (D) da Câmara dos Deputados. (E) do Senado Federal.</p>	<p>43. A tradição NÃO transfere o domínio da coisa móvel quando</p> <p>(A) não existir um contrato escrito estipulando a alienação. (B) o transmitente continua a possuir pelo constituto possessório. (C) o adquirente obtém a posse indireta pela cessão que lhe fizer o alienante de seu direito à restituição da coisa. (D) tiver por título um ato nulo. (E) não houver a entrega efetiva da coisa.</p>

<p>44. Quanto ao pagamento, é certo dizer que</p> <p>(A) se considera autorizado a receber o pagamento o portador da quitação, exceto se as circunstâncias contrariarem a presunção daí resultante.</p> <p>(B) somente o credor está autorizado a recebê-lo.</p> <p>(C) nunca é válido quando feito ao credor putativo.</p> <p>(D) é sempre válido quando feito ao credor, mesmo que o devedor esteja intimado de penhora feita sobre o crédito.</p> <p>(E) não é válido quando feito ao credor incapaz de quitar, mesmo se em benefício dele efetivamente reverteu.</p>	<p>48. Na antecipação dos efeitos da tutela o juiz, ao decidir a respeito, terá em conta que</p> <p>(A) poderá concedê-la quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.</p> <p>(B) não poderá concedê-la quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.</p> <p>(C) poderá indicar, de modo conciso e sumário, os fundamentos em que se baseia, dispensadas outras formalidades.</p> <p>(D) só a concederá se houver indícios convincentes da verossimilhança da alegação.</p> <p>(E) uma vez concedida, não poderá ser revogada ou modificada.</p>
<p>45. Em virtude de contrato comutativo, recebi um objeto com defeito oculto, que o tornou impróprio ao uso a que se destinava. Nesse caso, sabendo-se que o alienante</p> <p>(A) não conhecia o defeito, ele se exime de responsabilidade.</p> <p>(B) não conhecia o defeito, ele deve restituir o valor recebido, mais perdas e danos.</p> <p>(C) não conhecia o defeito, ele deve restituir o valor recebido, mais as despesas do contrato.</p> <p>(D) conhecia o defeito, ele deve restituir o valor recebido, em dobro.</p> <p>(E) conhecia o defeito, ele deve restituir o valor recebido, em dobro, mais perdas e danos.</p>	<p>49. São títulos executivos extra-judiciais, cobráveis pela ação de execução, entre outros,</p> <p>(A) o crédito de serventário.</p> <p>(B) o documento público e o particular assinados pelo devedor.</p> <p>(C) o seguro de vida e de acidentes pessoais.</p> <p>(D) o encargo de condomínio.</p> <p>(E) a debênture.</p>
<p>46. A fiança é um contrato que</p> <p>(A) deve ser firmado por escrito e que não admite interpretação extensiva.</p> <p>(B) não pode ser estipulado sem o consentimento do devedor.</p> <p>(C) abona a solvência das dívidas passadas e atuais, não sendo lícito abranger em seu objeto as dívidas futuras.</p> <p>(D) se extingue sempre que o fiador se tornar insolvente, pois o devedor não é obrigado a substituir o fiador aceito pelo credor.</p> <p>(E) defere ao devedor o direito de escolha do fiador, ficando o credor compelido a aceitá-lo.</p>	<p>50. A nomeação de bens à penhora</p> <p>(A) é direito do devedor.</p> <p>(B) é direito do credor.</p> <p>(C) ter-se-á por ineficaz sempre que os bens indicados não forem livres e nem desembargados.</p> <p>(D) ter-se-á por ineficaz sempre que forem nomeados bens que não se situem no foro da execução.</p> <p>(E) deve ser feita no prazo de até 48 horas contadas do despacho que determinar a citação.</p>
<p>47. A respeito da apelação é correto afirmar que</p> <p>(A) tem, como regra, o efeito apenas suspensivo.</p> <p>(B) tem, como regra, o efeito apenas devolutivo.</p> <p>(C) em princípio, tem os efeitos devolutivo e suspensivo.</p> <p>(D) recebida a apelação e apresentada a resposta, o juiz não pode mais reapreciar os pressupostos de admissibilidade.</p> <p>(E) se a parte deixou de propor as questões de fato, no juízo inferior, não poderão elas, em hipótese alguma, serem suscitadas na apelação.</p>	<p>51. No processamento das cautelares em geral é de se atentar que</p> <p>(A) ao pleitear a medida cautelar, o requerente indicará, sempre, a lide e o seu fundamento, sob pena de indeferimento por inépcia da inicial.</p> <p>(B) é dependente do processo principal apenas quando instaurado no curso deste.</p> <p>(C) o prazo para contestação é de cinco dias.</p> <p>(D) o prazo para contestação é de quinze dias.</p> <p>(E) o prazo para a resposta, em qualquer hipótese, se inicia da execução da medida cautelar.</p>

<p>52. Quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, em casos como o de penhora, depósito, seqüestro, alienação judicial, arrecadação, arrolamento, inventário, partilha poderá requerer lhes sejam mantidos ou restituídos, por meio de</p> <p>(A) ação reivindicatória. (B) ação de reintegração de posse. (C) ação de manutenção de posse. (D) ação de imissão de posse. (E) embargos.</p>	<p>56. A renúncia ao exercício do direito de queixa</p> <p>(A) é cabível mesmo depois da instauração da ação penal. (B) em relação a um dos autores do crime, a todos se estenderá. (C) é um ato bilateral, não produzindo efeito se o querelado não o aceita. (D) pelo representante legal do menor que houver completado 18 anos, o privará desse direito. (E) é a revogação do ato praticado pelo querelante, que desiste do prosseguimento da ação penal.</p>
<p>53. No que tange à arrematação, é correto afirmar que</p> <p>(A) sobrevindo a noite, interromper-se-á a praça ou o leilão, fazendo-se nova designação, com prazo não inferior a cinco dias, intimados os interessados presentes. (B) o credor, que arrematar os bens, não está obrigado a exibir o preço no ato da arrematação. (C) podem lançar os tutores ou curadores, apenas quanto aos bens confiados à sua guarda e responsabilidade. (D) quando os bens penhorados não excederem o valor correspondente a cinquenta vezes o maior salário mínimo, será dispensada a publicação de editais, não podendo, neste caso, o preço da arrematação ser inferior ao da avaliação. (E) o devedor será, sempre, intimado pessoalmente ou por edital, do dia, hora e local da alienação judicial.</p>	<p>57. O prazo para o encerramento do inquérito policial é de</p> <p>(A) 10 dias, se o indiciado estiver preso preventivamente, contado o prazo, a partir da data em que se executar a ordem de prisão. (B) 20 dias, se o indiciado estiver preso cautelarmente. (C) 30 dias, se o indiciado estiver preso em flagrante, contado o prazo, a partir da data em que se executar a ordem de prisão. (D) 45 dias, se o indiciado estiver solto mediante fiança, contado o prazo a partir da data da sua soltura. (E) 60 dias, se o indiciado estiver solto, sem fiança, contado o prazo a partir da data da prática do crime.</p>
<p>54. Quanto às hipóteses de suspeição e impedimento de juiz no processo penal, observe as proposições abaixo.</p> <p>I. O juiz dar-se-á por suspeito, se for acionista de sociedade interessada no processo. II. A suspeição do juiz poderá ser declarada, ainda que a parte, de propósito, der motivo para criá-la. III. Não poderá exercer jurisdição no processo, o juiz cujo parente colateral, até terceiro grau, tiver funcionado como auxiliar da justiça.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I (B) III (C) I e II (D) I e III (E) II e III</p>	<p>58. Nos crimes comuns, compete aos Tribunais Regionais Federais, processar e julgar, originariamente os</p> <p>(A) ministros de Estado. (B) membros do Ministério Público dos Estados. (C) desembargadores do Distrito Federal. (D) juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho. (E) governadores dos Estados e do Distrito Federal.</p>
<p>55. No tocante à prisão preventiva, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é de natureza processual e cautelar. (B) o despacho que a decretar ou denegá-la, será sempre fundamentado. (C) uma vez revogada o juiz não poderá decretá-la novamente. (D) será decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial. (E) poderá ser decretada, dentre outras razões, para garantia da ordem pública e da ordem econômica.</p>	<p>59. Nos crimes de ação penal pública condicionada, em sendo o ofendido declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará ao</p> <p>(A) curador especial indicado pela O.A.B. (B) Ministério Público. (C) cônjuge e aos herdeiros necessários, tão somente. (D) curador de ausentes, nomeado pelo juiz. (E) cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.</p> <p>60. Quando na sentença criminal houver obscuridade, ambigüidade, contradição ou omissão, qualquer das partes poderá pedir ao juiz que a declare, no prazo de</p> <p>(A) 10 dias. (B) 8 dias. (C) 5 dias. (D) 2 dias. (E) 24 horas.</p>